



Vencida a batalha judicial em torno do mínimo constitucional, a então gestão da Prefeitura de Itapipoca articula uma manobra com vistas a eliminar os efeitos da vitória dos servidores. Em 2008, a

**PRESSÃO CONTINUA****Justiça obriga Prefeitura a devolver os servidores para 4 horas e centenas de trabalhadores realizam assembleia histórica**

A situação só mudou com a pressão dos servidores e do sindicato, que negociam a aplicação das medias desde a data da decisão final, em 2014. O efeito da mobilização foi o envio, pelo Executivo, de proposta de acordo, discutida em assembleia dos trabalhadores ocorrida no dia 13 de maio de 2015. A prefeitura propunha, a partir de primeiro de junho de 2015, começar gradativamente a adequação do regime de trabalho dos servidores de todas as secretarias para 4 horas/dia, com prazo de encerramento da adaptação no dia primeiro de agosto.

A numerosa assembleia citada, que lotou o auditório do CETREDE, criticou a lentidão da atual gestão, mas concordou com o prazo para reestruturação definitiva desta parcela do serviço público de Itapipoca, atendendo a demanda e os direitos dos servidores, entre eles, assistentes administrativos, vigilantes,

prefeitura consegue a aprovação na Câmara de uma lei municipal que obriga os trabalhadores que cumpriam jornada de 4 horas/dia a dobrar o tempo de serviço diário, passando a 8 horas de dedicação no município.

O golpe do gestor público pega todos de surpresa, mas, de imediato, o Sindsep recorre novamente aos tribunais, iniciando uma série de novas disputas judiciais, obtendo vitórias em todas as etapas. Por fim, em novembro de 2014, os servidores alcançam uma decisão favorável e final.

Porém, até o último dia 13 de maio, o atual prefeito da cidade, Dagmauro Moreira, continuava a descumprir os dois encaminhamentos da decisão: adequação da jornada para 4 horas/dias e pagamento dos precatórios, acumulando multas diárias desde a data da decisão e se expondo a possibilidade da aplicação de penalidades ainda mais severas.

auxiliares de serviços gerais, secretários escolares.

Presente na vitoriosa reunião da classe, Enedina Soares, presidente da Federação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal do Estado do Ceará (Fetamce), afirmou que essa conquista é a correção de uma injustiça, revertida com muita luta, liderada pelo Sindsep. “Hoje nós temos municípios que não pagam sequer um salário mínimo ao servidor, já tivemos tempos em que o professor recebia um terço de um salário mínimo e agora virar essa página e avançar nas conquistas é o que devemos fazer”, afirmou, frisando estar sempre solidária à causa dos servidores que ali se fizeram presentes.

Já a presidente do Sindicato, Quitéria Freire, destacou a luta de ex-presidentes e diretores que batalharam juntamente com a atual direção, em um processo que remonta mais de uma década. Além disso, a sindicalista explicou que a proposta acatada pela assembleia não anula qualquer direito oriundo da decisão judicial que os favorece. Segundo ela, são duas vias de atuação, com o objetivo de implementar já a redução da carga horária para 4 horas. E, ao mesmo tempo, pressionar, “no Tribunal e na porta do Gabinete do Prefeito” para alcançar os valores em precatórios que todos têm direito. “A luta continua. Estamos firmes e atentos para levar a todos a vitória completa, que é o que queremos”, finalizou Quitéria.



ASSEMBLEIA DA CATEGORIA - 13 DE MAIO DE 2015 - FOTO: NATHAN CAMELO

**VITÓRIA DOS SERVIDORES E DO SINDSEP****Jornada de 4 horas vale a partir de junho**

**Depois da garantia do pagamento do salário mínimo, servidores finalmente obrigam prefeitura a cumprir a carga-horária de 4 horas/dia. Acompanhe o histórico da questão!**

**A luta pelo salário mínimo** - Há 12 anos, mais de mil servidores de nível médio e fundamental de Itapipoca lutam para que seus direitos constitucionais e do edital do concurso público que prestaram sejam cumpridos.

A Prefeitura da cidade promoveu concurso em que a jornada de trabalho era de 20 horas semanais. Ao mesmo tempo em que chamava os aprovados, o Executivo violava a Constituição Federal (7º, IV) ao adotar uma remuneração para estes trabalhadores que seria a metade do mínimo nacional vigente. Dessa forma, a gestão pública não garantia ao trabalhador recursos indispensáveis às suas necessidades vitais básicas e as de sua família.

Ciente da questão, o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Itapipoca (Sindsep) tentou, ao longo de campanhas salariais, negociar para que a prefeitura revisse a questão e garantisse a carga-horária dos servidores, mas elevando o pagamento destes ao valor do salário mínimo.

Sem sucesso no diálogo, Sindicato e categoria aprovam, em 2003, ajuizar Mandato de Segurança contra o Executivo, com o objetivo de assegurar aquilo que é direito constitucional de todos os brasileiros.

Mas a primeira vitória laboral só se dá em 29 de março de 2004, quando sai a sentença determinando que o municí-

pio de Itapipoca tinha que pagar o salário mínimo. A Prefeitura não cumpriu a sentença e recorreu ao Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE). Só em outubro de 2006, três anos depois, o Tribunal de Justiça confirma que o município devia pagar o mínimo.

A Prefeitura recorreu da decisão do TJCE, apresentando Embargos Declaratórios que questionavam a competência do Tribunal para julgar o processo e alegando omissão na decisão, porque não especificava a Carga Horária. Surgia aí a segunda grande batalha da classe, que trataremos adiante.

Ainda assim, em 17 de outubro de 2007, o TJ julga o embargo e confirma as decisões anteriores. Descontente com a decisão, a Prefeitura recorre ao Supremo Tribunal Federal, em Brasília, mas o TJCE nega o Recurso Extraordinário e devolve o processo original para Itapipoca, significando o fim de todas as tentativas de se continuar infringindo os direitos dos trabalhadores. Finalmente, em 10 de junho de 2008, foi expedida notificação para o imediato cumprimento da sentença. No início deste mês de julho de 2008, a gestão pública responde ao juiz da 1ª Vara afirmando que pagaria o salário mínimo a partir da folha daquele mês, já que não havia mais onde recorrer. Estava vencida a primeira batalha para trabalhadores e Sindsep.